

Colóquio **POST-SCRIPTUM 1** VIDA E OBRA DE GUILHERME DE FARIA

Sábado, 4 de janeiro de 2014

Universidade Católica Portuguesa | Centro Regional do Porto
Sala de Orquestra | Escola das Artes

Organização:
POST-SCRIPTUM
Centro de Estudos do Pensamento Português | UCP
Cosmorama Edições

**DIÁLOGO ENTRECORTADO ENTRE
GUILHERME DE FARIA & AFONSO LOPES VIEIRA**

por Cristina Nobre, IPL

1. Admiração mútua e dedicatórias

Trinta anos a separar dois poetas poderá ser suficiente para os fazer pertencer a duas gerações diferentes, pelo menos com convicções de escola literária em franca oposição crítica ou antagonismo cerrado. No entanto, vinte anos fizeram da geração de 90 uma continuadora construtiva da geração de 70, numa demonstração de que os *vencidos da vida* tinham deixado como herança não um desolado encerramento, antes uma vontade de reconstruir o país camoniano da *apagada e vil tristeza*. Mas será que a fronteira finissecular seria, de *per si*, um fator capaz de transformar este panorama? E as circunstâncias da I Grande Guerra, seguida de uma II, sem esquecer a grave crise depressiva de 1929? Ou seja: poder-se-á nascer numa década posterior e ser – na essência do seu lirismo – de uma ou duas anteriores?

Estas interrogações surgem a propósito de dois poetas distanciados por três décadas, mas de cujo diálogo entrecortado ainda hoje encontramos evidências inquietantes. Refiro-me a Afonso Lopes Vieira, nascido em 1878 e falecido em 1946, e a Guilherme de Faria, nascido em 1907, suicidando-se a 4 de janeiro de 1929. As datas factuais dizem-nos que Lopes Vieira era já um poeta reconhecido pela elite intelectual e com uma meia dúzia de títulos de poesia publicados à data do nascimento do jovem Guilherme, cujo primeiro livro – *Poemas* – aparecia apenas em abril de 1922, altura em que outra dezena estava já publicada pelo camarada mais velho.

A investigação no espólio de Lopes Vieira, que se encontra na Biblioteca Municipal de Leiria, permitiu-nos concluir que Guilherme de Faria nutria por ele grande admiração. Ofereceu-lhe, expressamente dedicados, todos os seus livros (com exceção de *Desencanto*), e em todos eles podemos encontrar uma afinidade temática

com os núcleos fundacionais da poética de Lopes Vieira, embora com um atraso de duas ou três décadas, como se o tempo parecesse ter estagnado para o jovem promissor, mais do que para o adulto-quase mestre glorificado.

Note-se como as dedicatórias dos dois livros de poesia de 1922 - *Poemas e Mais Poemas*¹ - respetivamente de 13 de maio de 1922 e de março de 1923, antecipam e gravam o lugar de mestre e referencial modelar, atribuído por Faria (que ainda oscilava entre a dupla de apelidos *Leite de Faria* e o singular *de Faria*, no qual acabaria por se fixar) a Lopes Vieira:

Ao altíssimo Poeta Affonso Lopes Vieira, off., com tanto apreço e tanto respeito,
Guilherme Leite de Faria
13. Maio.XXII / Dia 13. do mez V. (1922) / Horta Secca, Dº. 11 Lxª.

Ao grande Poeta / Affonso Lopes Vieira, / Homenagem de / Guilherme de Faria
M.LM.XXIII (ano) / III. (mez) / III. (dia) / Rua da Horta Secca, 11. – Lxª.

Se a dedicatória-tipo obedece a certas regras e espartilhos sociais, o mesmo não é necessariamente verdade para a *poiesis* de cada poeta. Nos dois livros referidos de Guilherme de Faria, as temáticas da saudade, da infância e da decadência de uma geração, exilada dentro de si, à espera de um rei que sabe não virá, em diálogo com a morte redentora, em certos poemas - “Soneto da minha Tragédia”, “Soneto”, “Crepuscular”, “Soneto ao Mar”, “A Carta do Mar” [*Poemas*: 10-11; 14-15; 18-20; 22-23; 26-30]; “Anto”, “Poema”, “Tragedia Lirial”, “Canção”, “Poema”, “Poema de exaltação” (*Mais Poemas*: 20-22; 24-26; 32-34; 37; 48-50; 56-58) - vão ao encontro do que Lopes Vieira terá tido vontade de encerrar em 1904, ao publicar a sua antologia de *Poesias Escolhidas (1898-1902)*, na qual procurava fechar o ciclo de *Para Quê?* (1897), *Náufrago. Versos Lusitanos* (1898), *O Meu Adeus* (1900) e *O Poeta Saudade* (1901). Se for feita uma leitura comparativa do principiante de Faria com os poemas “O Fado”, “À Senhora do Mar, ou das Ondas”, “A Voz do Longe”, “Da minha janela”, “Soneto I”, “Soneto III”, “O Desejado” (*Poesias Escolhidas*, 1904: 7-11; 13-17; 31-36; 51-55; 83; 85; 115-119), que tinham permanecido na tradição literária das duas décadas anteriores (antes do nascimento do pequeno Guilherme), chegar-se-á à conclusão que a leitura do volume *Poesias Escolhidas* deverá ter funcionado como o modelo exemplar para a iniciação poética do jovem.

Do vitalista ciclo seguinte, constituído por *Conto do Natal* (1905), *O Encoberto* (1905) e *Ar Livre* (1906), já praticamente nada parece encontrar-se em Guilherme de Faria, e o próprio Lopes Vieira havia de tentar renegar alguma da produção mais

¹ Estes exemplares da BMLALV têm, respetivamente, as cotas D-4-1-12 e D-2-1-2 e podem ser consultados na sala dos Reservados.

ousada dessa época – e talvez por isso mais apreciada por Aquilino Ribeiro –, muito pouco incluindo na 2.^a antologia de 1927, os *Melhores Versos de Afonso Lopes Vieira*.

A troca de galhardetes entre estes dois homens de letras foi até ao envio do folheto *Ao Soldado Desconhecido (morto em França)*, de 1921, apreendido pela autoridade e que algum dissabor havia de trazer a Lopes Vieira, e *O Romance de Amadis*, de 1922, adaptação da qual o escritor muito se orgulhava, como se pode perceber do diferente teor das dedicatórias inseridas nos exemplares oferecidos a Guilherme de Faria:

A Guilherme de Faria / - estes versos q. os Cafres apreenderam // Affonso LV

Pertence ao meu / caro camarada / Guilherme de Faria // Affonso LV

Com carimbo de correio de 16 de agosto de 1923 é o postal que Lopes Vieira envia a Guilherme de Faria², com a citação de Heine sobreposta na fotografia da casa de S. Pedro, em S. Pedro de Moel - *J'aime la mer comme une maîtresse* - e parece indicar que entre os dois houve mais do que respeito entre pares, embora os XIV grossos volumes de *Correspondência* dirigidos ao poeta Afonso Lopes Vieira não guardem nada com o seu nome.

Por esta altura, o escritor começa a arquitetar um texto literário de resposta e de intervenção, intitulado *Contra os Mouros*, que nunca chega a publicar, pelo menos com esse título³. Nestas condições, afigura-se legítimo que o grupo dos Integralistas Lusitanos tenha querido servir-se da figura de Lopes Vieira como a de um padroeiro, elevando-o à categoria de *neo-Garrett* de Portugal. Título que, se muito honrava Lopes

2 Amavelmente, Ricardo Charters d’Azevedo fez-nos chegar notícias digitalizadas dos livros referidos bem como do exemplar postal referido e do autógrafo inédito de Lopes Vieira que se indicará na sequência. Eis a descrição: Postal [14,5cm x 9cm, postal com fotografia legendada *S. Pedro de Muel – “Casa de S. Pedro”*, com a Cruz de Cristo; escrito a tinta roxa, no sentido horizontal, frente e verso], datado com carimbo do correio de 16.VIII.1923, de “Lisboa-Central”, destinatário explícito: Exm^o Senhor | Guilherme de Faria | Rua da Horta Sêca, 11 | Lisboa. E o conteúdo: “Meu Caro Amigo: / Estimei muito as suas boas notícias. / Mando-lhe lembranças afectuosas e creia-me sempre – um seu amigo e admirador, / AffonsoLV ”

3 Em carta de 15-VIII-1920 para a amiga Leonor de Castro Guedes Rosa, confidente a quem revelava grande parte dos seus projetos literários quando ainda estavam em embrião, Lopes Vieira escreve: “[...] De Arte, nada conto publicar brevemente. Talvez publique um panfleto q. se chamará talvez *Contra os Mouros* e será um derradeiro apelo à cavalaria cristã para o combate. [...]” (BML, esp. Leonor Rosa, A118, n.º 33585). Este projeto pode muito bem ter-se transformado em *Aforismos do Cativo de Argel*, publicado num periódico não identificado (cf. Nobre, 2005, II: 478-479). Veja-se ainda o poema inédito *Cantigas sobre a Mourama*, não datado (BML, n.º 32595), transcrito em Nobre 2005, II: 223. Em 17-III-1923, a revista *Conimbriga*, no seu 1.º número, p. 13, incluía o poema “Argel”, de Lopes Vieira, cuja relação com o período em apreço é evidente: “Por Cristo ergamos nas mãos / a cruz eterna da espada. / -Terra que foi de cristãos / mouros no-la tem roubada... // O destino mais cruel / mais vergonhoso, afinal: / — o cativo de Argel / em terra de Portugal!...”

Vieira pelo tributo prestado à geração dos mestres e pelo papel que lhe atribuía na prossecução de tão idóneos objetivos no futuro⁴, terá sido o culminar de uma série de equívocos e interpretações dúbias sobre a postura política do escritor, de pé até aos dias de hoje. Segundo a leitura proposta, tais equívocos saldar-se-iam, na época, em março de 1921, com a detenção de Lopes Vieira no Governo Civil de Lisboa, para interrogatório sobre a poesia que acabara de publicar e tinha sido apreendida pela polícia, por se considerar que lesava os interesses da pátria. O poema em questão, *Ao Soldado Desconhecido (Morto em França)*, tinha sido publicado em folheto de 4 pp., pela Imprensa Libânio da Silva, em Lisboa, em março de 1921, e as receitas da venda destinavam-se a "um órfão da Guerra". Provavelmente a interpretação a dar a alguns dos versos, ou, pelo menos, a possibilidade de serem lidos através de uma perspetiva de ambiguidade e ironia, transformou a poesia num ato de intervenção contra o governo:

[...] Sem discursos, sem frases,
ah! mas com quanto pranto interior,
porque a Piedade que nos fazes
nos alanceia de Amor,
vem, oh Soldado Português da Guerra,
dormir enfim na tua terra,
e que a tua presença espectral,
a tua imensa presença acusadora e aterradora
para quem te exportou como um animal,
se estenda sobre o céu de Portugal!
E que essa voz te embale
numa carícia enorme:
- Dorme, meu menino, dorme...[...]

[...] – Mas um dia serás de súbito acordado,
e a tua sombra, erguida e batalhando,
há-de então comandar!... Tu, humilde Soldado
que tens por nome – *Portugal sacrificado*.
Entanto, vai repousando,
sofreste tanto na Guerra!

4 Na revista *Gil Vicente*, ano IV, n.º 126, de 4-II-1923, na rubrica "Vária", Lopes Vieira publica um texto laudatório intitulado "Integralismo", em que defende os ideais integralistas pela sua coragem e afirmação perante uma sociedade em crise, esclarecendo a sua posição: "[...] A eles me prendem afinidades de espírito porque em muitos pontos da batalha nos viemos a encontrar como irmãos de armas. Mas, não tendo a honra de lhe pertencer oficialmente, — habituado como estou a manter uma independência que me é indispensável, — posso dizer que este tem sido o mais consciente dos núcleos de pensamento contemporâneo. Reagindo com mística bravura, por mercê de uma crença estabelecida em bases orgânicas, contra a mentira caduca e já arruinada da actual sociedade política e económica, os integralistas são os portugueses que **sabem o que querem**. // E o seu esforço, mesmo quando outros resultados não desse, sempre daria este: ficar como um documento de honra e de coragem." A importância atribuída a este texto devia ser grande, uma vez que já em 1922, no livro de ensaios *Em demanda do Graal*, o escritor tinha incluído estas mesmas palavras, numa parte intitulada "Páginas soltas e folhas de Diário", na p. 298.

Dorme enfim na tua terra,
e que a voz maternal te embale
numa carícia enorme:
– Dorme, meu menino, dorme...

Para a imprensa da época, envolvida no fervor festivo das comemorações do Soldado Desconhecido, que decorreriam em abril, o episódio não pode ter passado despercebido, sendo Lopes Vieira uma figura pública com grande notoriedade. No entanto, ele parece ter sido abafado ou evitado, sendo relegado da página principal dos jornais e tratado como notícia secundária. O jornal *A Época*, de 19 de março de 1921, foi um dos poucos a dar destaque à notícia⁵:

A imprensa nunca foi coisa muito querida dos poderes públicos em Portugal, mas manda a verdade dizer que tem épocas a má vontade das instâncias superiores contra a gente que escreve.

E igualmente deve assinalar-se que após a proclamação da república recrudescer duma forma muito sensível a perseguição à letra de forma. Regímen novo, abeberado de liberdade... deve bater certo.

De perseguição aos jornais já não falamos. É uma coisa banal, sobretudo quando sobem ao Terreiro do Paço certas criaturas.

Agora, porém, a polícia de segurança do estado alargou um pouco as suas operações e apreendeu uma poesia que o distinto poeta sr. Afonso Lopes Vieira publicou, intitulada, *Ao Soldado desconhecido*.

Parece que a polícia lobrigou uma rima em que se fazia alusão à política da guerra e não esteve com meias medidas: apreendeu a edição e apreendeu também, por algumas horas, o autor, levando-o ao governo civil, onde foi largamente interrogado.

Não protestamos. Está certo. É sabido que a lei da imprensa serve só para as autoridades a transgredirem de vez em quando.

Quisemos obter do autor do *Bartolomeu marinheiro* algumas palavras sobre este caso... pitoresco, mas o poeta começou por se esquivar.

Não lhe agrada que se faça rumor em volta de si.

Tem um enorme pavor do *tamtam*. (*A Época*, 19-III-1921)

Na verdade, o discurso veiculado coloca a imprensa ao lado do poeta censurado, numa óbvia ligação do discurso jornalístico com o discurso poético, ambos sujeitos a afrontas de uma lei da imprensa que se pretendia democrática, mas na prática demonstrava o oposto. É claro que o jornal *A Época* simpatizava com a causa monárquica, o que o colocava do lado da oposição ao regime, mas revela que a censura à imprensa estava longe de ser uma surpresa, e que o caso particular do poeta Lopes Vieira lhes podia servir para chamar a atenção da opinião pública para um estado de crise nacional.

⁵ Veja-se a notícia: “Afonso Lopes Vieira. A polícia de Segurança do Estado apreendeu uma “plaquette” do ilustre poeta e conserva o autor detido durante algumas horas. O que nos diz Lopes Vieira sobre a sua poesia e a sua detenção” in *A Época*, de 19-III-1921.

O escritor, que inicialmente nem sequer quer manifestar a sua opinião pessoal, acaba por aceder com um comunicado onde evidencia a sua consciência cívica e intelectual em ação. Ainda que prejudicado por um ato de repressão das suas liberdades criativas, recusa-se a deixá-lo confundir-se com um ato político, ou um acontecimento público a partir do qual alguns grupos partidários pudessem tirar dividendos políticos. Veja-se a lucidez da sua resposta:

Sobre o caso da apreensão da minha poesia *Ao Soldado desconhecido* direi apenas algumas palavras porque elas me são pedidas, e mantenho o propósito de não permitir que, sob minha responsabilidade, se faça com este assunto qualquer reclamo. Detido durante umas horas e interrogado no Governo Civil, onde urbanamente me trataram, aí respondi às perguntas que me foram feitas e constam do auto que assinei.

Neste incidente, em que já um jornal chegou a atribuir-me qualquer intenção menos patriótica, insinuação contra que nem vale a pena protestar porque o meu nome e a minha obra, insignificantes como são, são também o mais eloquente desmentido a quem pretender agredir-me por esse modo, – neste incidente, uma coisa verifico com infinito prazer moral, e é a limpidez e a calma da minha consciência. Escrevendo esses versos, que me honro de ter escrito, prestei ao Herói a melhor e a mais bela homenagem que o meu espírito foi capaz de conceber. Estes versos estão muito acima de todas as preocupações partidárias ou sectárias, – as quais me não interessam – porque eles são a glorificação do Povo que se sacrificou com tanto e tão belo heroísmo, a saudação fúnebre e heróica do recém-vindo à sua terra.

E eu que tenho a absoluta convicção de [que] nunca escrevi uma página mais patriótica do que esta poesia, e de que a sua intenção pelo menos, é digna do herói. (*ibidem*)

Mas uma certa classe política não parece ter ficado satisfeita com esta afirmação de serenidade do escritor, e há um oficial do exército que decide transformar a pendência num ato de injúria individual. No *Diário de Notícias*, de 22 de março de 1921, pode ler-se uma notícia curiosa sobre o acontecimento, causador de uma pendência entre Lopes Vieira e o sr. António de Lorena Santos, oficial do exército, que reputava injurioso para o Exército português e, portanto, para si como elemento dessa instituição, o verso do poema "Para quem te exportou como um animal".

A resposta dos representantes de Lopes Vieira restituía à expressão em causa a sua verdadeira dimensão literária — "[...] declaravam, no entanto, que na frase mencionada não existe a mínima intenção de ofensa para o Exército Português, mas apenas uma expressão de valor literário cujo espírito de crítica política o seu constituinte inteiramente mantém." — insistindo na manutenção do espírito crítico como uma característica específica e essencial à poesia. Com a ata do desagravo, procuravam dar por finda a questão.

No entanto, segundo noticiaram os jornais *A Pátria*⁶ e *O Século*⁷ a apreensão da poesia foi feita de forma rigorosa, de tal modo que dela não restassem exemplares, chegando mesmo a fazer a recolha dos exemplares que o pai de Lopes Vieira guardava na sua casa das Cortes. Esperavam, assim, não deixar traços do acontecimento para o futuro, nem manchar as comemorações do dia festivo que se avizinhava em 10 de abril. Mas Lopes Vieira tinha muitas relações de amizade e, se ninguém se atreve a publicar na imprensa (ou se a imprensa não aceita publicar nada sobre o assunto...), algumas reações encontram-se entre a sua correspondência particular, onde se pode ler um telegrama de António Correia de Oliveira, cartas de Augusto Gil⁸, Teixeira de Pascoaes, Jaime de Magalhães Lima, Antero de Figueiredo, Augusto Gonçalves e Agostinho de Campos⁹. Da carta de Pascoaes, datada de 2 de abril de 1921, destacam-se as palavras seguintes:

[...] Felicito-o, com o maior entusiasmo, pela sua bela poesia! Glorifica o martire e castiga os carrascos. É bem natural que eles se *doecem*... A alma, quando fêre, é terrível! § [...] Pobre *menino!* e pobres de nós todos os que amamos desinteressadamente a nossa Patria! Ele vae repousar na paz do tumulo e nós temos de arrastar ainda n'esta vida, com todos os crimes e infamias d'essa quadrilha de marroquinos que assaltou a velha Lusitania! Malfeitores da peor especie disfarçados em ministros, senadores, deputados, filosofos, poetas, etc., etc.! [...] (BML, *Cartas [...]*, vol. VI)

Lopes Vieira não ficara sossegado com o rumo das coisas, sobretudo porque sentia atingido na sua integridade de intelectual digno, e escreve uma carta para o *Diário de Lisboa*, intitulada "Portugal na Guerra" (publicada na 5.ªf, 28 de abril de 1921), na sequência de uma entrevista intitulada "Os Mutilados da Guerra ao Abandono?" (de 3.ªf, 26 de abril de 1921), onde tenta encontrar uma explicação para a

6 A notícia é de 17-III-1921, e informa: "Foi apreendida toda a edição de uma poesia *Ao Soldado desconhecido*, escrita pelo sr. Lopes Vieira e posta hoje à venda. O motivo dessa apreensão foi uma despropositada referência nela feita à nossa participação na guerra."

7 Veja-se a notícia "Poesia Apreendida" in *O Século*, de 23-III-1921 [R, I: f. 128v.]: "LEIRIA, 22. – C. – Em cumprimento de ordens que recebeu, dirigiu-se ontem a autoridade administrativa ao lugar das Cortes, deste concelho, onde, na sua propriedade, está actualmente residindo o sr. Dr. Lopes Vieira, pai do poeta sr. Dr. Afonso Lopes Vieira, sendo-lhe ali entregues, por aquele senhor, alguns exemplares da poesia ultimamente publicada por seu filho e que foi mandada apreender pelo governo, conforme o "Século" noticiou. Os exemplares vão seguir para Lisboa."

8 A carta de Augusto Gil está datada de 19 de Março de 1921 e diz: "Querido Amigo, meu illustre camarada: / O que lhe fizeram não chegou a ser uma violência, foi apenas uma imbecilidade... Abraço-o estreitamente. // Augusto Gil" (BML, *Cartas [...]*, vol. VI).

9 Agostinho de Campos deve ter conseguido receber o poema *Ao Soldado Desconhecido [...]*, apesar da vigilância, e agradece a Lopes Vieira: "[...] Recebi-o nas mãos, recebi-o na razão, recebi-o no coração, e três vezes lho agradeço, e o felicito por ele: pela sua arte, pela sua inspiração e pela sua coragem – pela Beleza, pelo Sentimento e pela Moral [...]"(BML, *Cartas [...]*, vol. VI).

lenda urdida à volta da sua poesia apreendida, e reafirma-se o poeta do *instinto da nação*, pelo que qualquer *anti intervencionismo* lhe seria penoso. Aí se pode ler:

[...] Sei que à roda da minha poesia apreendida se urdiu uma lenda que me apresenta como um feroz anti-intervencionista. É tão inexacto isso que poucos portugueses poderão documentar como eu o entusiasmo de que se possuíram quando Portugal entrou na guerra. [...] Porque, meu Deus! uma cousa é a intervenção, outra é o modo como ela se fez e o que se lhe seguiu. Para desenvolver convenientemente esta frase, seria necessário escrever um volume. Para mim, que falo e sinto pelo *instinto da nação*, seria isso impossível [...] / [...] Se em Portugal é punível com prisão clamar que isto [o abandono dos mutilados da guerra] é um crime — então que eu seja de novo preso e desta vez metido no mais imundo dos calabouços, de companhia com os desgraçados que aí habitualmente se encontram e com os quais espero entender-me melhor do que com tantos outros homens que representam oficialmente esta espantosa agonia da nação. [...] (*Diário de Lisboa*, 28-IV-1921)

Na sequência deste episódio, o desalento de Lopes Vieira perante a vida política do país e a classe dirigente intensifica-se e não o abandonará mais até ao fim da vida. Como comentará Aquilino Ribeiro, a propósito deste mesmo episódio, declarando-se incapaz de o compreender na totalidade e nas repercussões que terá tido para o escritor:

Numa democracia, entra para a esfera do arbítrio tudo o que seja coibir ou coarctar a faculdade de assentir ou dissentir do quer que seja, desde o mais fútil ao mais sagrado. — Foram moiros que me levaram ao Governo Civil e me confiscaram o meu poema — declarava Afonso para os amigos e o mesmo disse na dedicatória do exemplar que me ofereceu. Moiro era o espírito alieno, demagógico, espúrio, anti-português ao actuar como causa eficiente deste despautério e de tantos mais da vida nacional. (Ribeiro, [1949]: 322)

Lopes Vieira reage àquilo que chamou o *ataque dos Mouros*¹⁰, refugiando-se na própria Pátria, num exílio que o deixará ainda mais isolado¹¹, e a sentir-se

10 Além dos documentos já referidos, ainda em Junho de 1925, na revista *Labareda*, 2.^a ser., n.º 6, p. 125, é publicado o texto “Aforismos do Cativo de Argel”, necessariamente ligado a este período *negro* da vida de Lopes Vieira: “Quando apelidei *Moiros* os invasores de Portugal, achei em verdade a expressão histórica. Foi a Mourama a nossa inimiga avoenga. Mourama é a gente inimiga de hoje, que a prolonga. // É agora grande alegria, em Portugal, encontrar *Portugueses*. Fala-se então o mesmo idioma, reza-se ao nosso Deus na comum linguagem. Experimenta-se, em suma, o gosto de ser da mesma terra! // Somos Cristãos e Portugueses: Somos a Nação porque guardamos o seu Espírito. Porém o Estado é moiro: anti-cristão e, portanto, anti-nacional. Eis a tragédia em que se resume o *Cativo de Argel*.”

11 Em carta para Antero de Figueiredo, datada de 29-III-1921, comenta do seguinte modo o incidente: “[...] O seu cartão, recebido por mim em pleno ataque dos Mouros, tocou o meu coração. [...] § Em todo este incidente, cuja parte policial foi ainda menos lamentável talvez do q. a belicosa — a qual sofreu duma falta de elegância de q. me não cabe responsabilidade — uma cousa triste, ah!, muito triste ressalta — e é q. a pátria nos está exilando, ocupada como

marginalizado por um certo quadro institucional, como consequência das posições assumidas¹². Decididamente os *anos da graça* tinham passado, e o escritor prossegue a sua obra com uma vontade férrea de colocar os projetos pessoais muito acima de qualquer compromisso institucional, tendo o seu programa de ação Portugal como único patrono assumido, transformado em valor absoluto de uma causa cultural.

Mas compreende o peso da imprensa e percebe como nas situações mais delicadas ou ambíguas, a exclusão da informação ou a seleção rigorosa de uma só parte do assunto pode fazer perigar a leitura crítica por parte da opinião pública. Por isso, daí para a frente terá cada vez mais cuidado com as entrevistas concedidas aos jornais, embora nunca deixe de colaborar com a imprensa, pois percebe o alcance do discurso jornalístico para a causa pública, se usado com isenção e de acordo com uma ética deontológica.

Os anos que se seguem a este episódio continuaram a ser anos difíceis, situação que piorará significativamente com o Estado Novo. Em carta datada de 10 de fevereiro de 1922, para o amigo Antero de Figueiredo, revelará que só a tentação de reerguer a Pátria moribunda pode continuar a ser uma sublimação dos desânimos provocados por esta travessia do deserto:

[...] No horror deste ciclo em q. os invasores estão prestes a dar em terra com uma Pátria q. havemos de enternecidamente reerguer, é bom q. os espíritos do mesmo som se juntem. [...] (BMP, M-AF-4, n.º 12)

No entanto, Lopes Vieira aprendera alguma coisa com o lamentável episódio e virá o tempo em que tirará proveito próprio desse poder da imprensa, perdendo a ingenuidade quando se tratar da publicação de textos mais ousados¹³. A censura serviu, tão-só, para reforçar a sua vontade de atuação crítica na causa pública.

Nessas alturas, tanto o discurso jornalístico como o discurso poético têm um papel a desempenhar. Daí que o controlo exercido pelos poderes políticos seja

está pelo Berbere triunfante, o q. nos torna, a nós, Cristãos e Portugueses, estrangeiros nela, quasi!...[...]" (BMP, esp. de A. de Figueiredo, M-AF-4, n.º 10).

12 É o que acontece, por exemplo, com a sua defesa de um certo património português em risco de desaparecimento, como foi o caso do Arco de Almedina, o que lhe vale sempre uma sensação desconfortável de excomunhão. Em carta para Antero de Figueiredo, datada de 9-V-1921, comenta: "[...] Tenho muito prazer em lhe responder, na ocasião mesmo em q. a bravia Mourama da Câmara Municipal de Coimbra lança contra mim, a propósito dos meus artigos em defesa do Arco de Almedina, a mais grotesca, inconcebível, tremenda e imbecil das excomunhões! [...]" (BMP, esp. de A. de Figueiredo, M-AF-4, n.º 11).

13 Refiram-se os anos 30-36, de exílio voluntário em Cortes e São Pedro de Moel, às entrevistas concedidas durante esse período e à publicação por meios clandestinos e distribuição ardisosa de *Éclogas de Agora* (1935), através da qual consegue ludibriar a Censura salazarista.

sempre uma tentação de hegemonia, à qual a poesia pode, em certas circunstâncias de agudizada crise social e política, responder com mais eficácia do que seria de esperar. O episódio em análise contribuiu para transformar a poesia *Ao Soldado Desconhecido (morto em França)* num exemplo da força de intervenção e do poder que o discurso literário pode ter, em conjunturas determinadas, sobrepondo-se e quebrando o ciclo de uma certa uniformidade e hegemonia do discurso jornalístico. (vide Nobre 2011: 141-147) E Guilherme de Faria foi um dos amigos intelectuais com quem ele partilhou esse valor.

Assim se pode compreender que o conjunto de teor saudosista, constituído por *Saudade Minha*, de maio de 1926 (republicado numa seleção de poesias escolhidas no ano da sua morte, 1929), *Destino*, de janeiro de 1927 e *Manhã de Nevoeiro*, de dezembro do mesmo ano, tivessem sido enviados a Lopes Vieira, que não parece ter reagido perante o ideário comum, pois continham poucos vestígios de crítica ou reflexão sobre a causa pública. Leia-se o poema “Saudade”, de *Saudade Minha* e encontrem-se as redes mescladas com o sentimento de exílio vivido por Lopes Vieira, mas sem o lado interventivo:

SAUDADE

SENHOR! eu não sou eu, sou a lembrança
Dum outro que não fui, mas sonhei ser,
Sombra de amor, fantasma de creança,
Sombra de mim, em mim, a reviver.

Vejo, em sonho, a paisagem que me encanta;
A fonte vai cantando uma canção de amor...
- Vem ouvir... A canção que a fonte canta
Sobe ao ceu, como sobe o aroma duma flor!

Vai chorando de amor e desventura,
No silencio da noite, a memorar
A luz de amor, a extática doçura
Que eu sonhei ver na luz do teu olhar...

- Oh meu amor, não venhas mais ouvir,
Ao meu exílio triste, aquela voz...
Longe de ti, ao luar, julgo sentir
A noite, toda amor, pairando sobre nós.

Porque vens, para mim, às horas mortas,
Se a tua carne em flor subitamente
Desperta as almas nómadas, absortas,
E acende nelas um desejo ardente?

Ao pé de ti, a fonte murmurosa
vai cantando, a chorar, sonhos e amores,
A voz do vento é vaga e voluptuosa,
E a terra é toda em flor, rescende a flores!

Mas, não... Deixa sonhar a alma dorida!

Longe de ti, sem luz nem sentimento,
Deixa-a sonhar, dormir por toda a vida,
Num infinito e estéril sofrimento! [...] (*opus cit.*: 15-17)

O mesmo se poderá dizer de várias baladas, como é o caso de “Eternidade” (*opus cit.*: 69-70), em que a revolta ativa e construtiva, que canta ainda quando chora, de Lopes Vieira, aparece manchada no jovem Guilherme com a visão de um etéreo a roçar o sobrenatural:

VEJO, num sonho sem fim, / - Sonho de amor e saudade – / Já suspensa sobre mim, / A
visão da eternidade. [...]

2. Criação mútua e inéditos

Só com *Sombra*, de agosto de 1924¹⁴, podemos concluir que Afonso Lopes Vieira reagiu criativamente, produzindo um poema inédito intitulado “Sombras” que – embora não datado – julgamos estar intrinsecamente ligado a uma receção deste livro que, por esta época, iria ao encontro das preocupações saudosistas do escritor empenhado nas restituições das grandes traves da nossa tradição literária com o *Romance de Amadis* (1922; 2.^a ed. 1926) e *A Diana de Jorge de Montemor* (1924), mais tarde *O Poema do Cid* (1929), a edição nacional de *Os Lusíadas*, organizada em conjunto com José Maria Rodrigues, em 1928, seguida da organização da *Lírica de Camões*, em 1932. Leia-se o poema inédito, enviado por Lopes Vieira ao amigo, em contraponto com a crepuscular “Sombra”, abertura do livro homónimo:

SOMBRA

QUERO viver! – E a vida vai passando
Sem eu a ver passar,
Entre sombras nocturnas ondulando,
Errantes pelo ar.

Num mar de decepções, na vida, se dissolvem
Os sonhos do desejo.
E, para além das sombras que me envolvem,
Apenas entrevejo,

Uma vida de sonho e de victoria,
Luminosa e divina,
Que inda, através as ruínas da memória,
Me atrai e me fascina! [...] (*opus. cit.*: 9-13)

¹⁴ Leia-se a dedicatória inserida no exemplar que tem a cota D-7-5-38 da BMLALV: “Ao grande Poeta / Affonso Lopes Vieira, / Homenagem do seu admirador e amigo / mtº devotado e agradecido / Guilherme de Faria. / 6.X.1924.”

Sombras

Mais alvas do q. as espumas
ao luar, no marinho alvor
por um Mondego de brumas
vogam as mortas de amor.

Tombam do céu violetas,
a tardinha exala um beijo,
e vão seguindo o cortejo
namorados e poetas.

E àquela doce passagem
que faz chorar a tardinha,
os velhos choupos da margem
entoam a ladainha...

Constituído por três quadras, explana as temáticas melancólicas para sempre ligadas à juventude coimbrã finissecular, com o saudosismo inerente ao curso do rio Mondego e a todos os queixumes de amor que escorrem desta paisagem enevoadas de final de dia, ressoante de desespero: *as brumas, o céu violeta, a tardinha, os velhos choupos da margem, a ladainha*. Repare-se como, na 1.^a quadra, Lopes Vieira liga a sua poética marítima a este ambiente, através das *espumas ao luar*, mas as *mortas de amor* refletem as sombras conimbricenses das amantes infelizes, desde as camonianas até uma tricana de nome *Assunção*¹⁵, que o próprio Lopes Vieira memorizou num conto breve da sua juventude em Coimbra. Se efetivamente foi enviado a Guilherme de Faria, o poema *Sombras* mostrava como Lopes Vieira ainda estava focado no nevoeiro do decadentismo, pelo menos como reação às publicações do camarada mais novo, embora a sua produção de então já tivesse progredido para uma abertura ao valor rítmico do significante com o preponderante papel desempenhado pela utilização do *lied* e da balada — *Canções do Vento e do Sol* (1911); *Poesias sobre as Cenas Infantis de Schumann* (1915); *Ilhas de Bruma* (1917); *Canções de Saudade e Amor* (1918); *Crisfal* (1920); *País Lilás, Desterro Azul* (1922). Esta fase fulgurante da produção do autor coincidiu com a época mais emblemática para a figura literária de Lopes Vieira, apodado *neo-Garrett* de Portugal pelos integralistas e nacionalistas, o *nobre arauto e mantenedor do lirismo da alma lusitana*, na síntese de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos.

¹⁵ "Assunção" in *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro. Para o anno de 1904*, 54.^o anno da collecção, Lx., Parc.^a Ant. M.^a Pereira, 1903, pp. 92-95.

No espólio da BMALV há ainda um autógrafo de Guilherme de Faria¹⁶, que julgamos inédito, com um poema sobre Henrique Paiva Couceiro, figura grata aos integralistas e monárquicos, e que ficou como estandarte de uma elite intelectual em oposição à Nova República e depois ao Estado Novo. Vejamos o poema:

Ao Comandante Henrique de Paiva Couceiro

O pregão da tua glória
Nem eu sei quem possa erguê-lo:
Ressôa por toda a História,
Claro e belo.

Na apagada e vil tristeza
Que as nossas almas consome,
Ainda a graça da Saudade
- Pura graça portuguesa –
Acende vivos clarões:
Que a Fé, de antiga pureza,
Flor de Heroísmo e Lealdade,
Brilha em tua alma; e o teu nome
Entre as Armas e os Barões!

Nobre e fiel cavaleiro
De Deus, da Pátria e do Rei,
Louva-te a alma da grey:
Que, além do seu captiveiro,
Dos seus revezes e horrores,
Entre a glória dos Maiores,
Fulge a glória de Couceiro!

Guilherme de Faria.
Lx^a. 18.VII.1928.

Se esta composição pode ter sido uma reação de elogio solidário às posições de Henrique Paiva Couceiro com a falhada “Monarquia do Norte” (em janeiro de 1919), inscreve-o como herói dos valores de um lusitanismo que se quer arreigado na tradição, ainda quando subalternizado e desconhecido como a figura de Camões. A verdade é que coincide com idênticas razões de Lopes Vieira que terão levado à escrita em 1935 de *Éclogas de Agora*, contra os regimes ditatoriais e os seus chefes por toda a Europa, bem como ao exílio voluntário na aldeia de Cortes, tendo distribuído os exemplares salvos da Censura, em mão, pelos amigos.

Numa entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, e conduzida pelo jornalista Carlos Ferrão, em 1944 ou 1945, no fim da II Guerra Mundial, inteiramente cortada pela Censura (mas reproduzida no seu essencial por João Medina), Lopes Vieira esclarece

¹⁶ Vide BMLALV, env. A-91 (33276), folha A2, manuscrita a tinta preta e datada de 18.VII.1928.

as suas posições de monárquico convicto e descrente de uma república cujas provas só desabonavam em favor dessa mesma república: "E se não sou republicano é apenas porque julgo que a democracia à portuguesa da nossa monarquia tradicional é o regime que pode precisamente realizar o que os republicanos desejam e a república não realizou até hoje, tendo oscilado classicamente entre a fórmula anárquica e a fórmula tirânica." (*apud* Medina 1980: 35).

O seu horror às ditaduras, sejam elas de quais forem, fica bem expresso no entendimento que fez do ideal nacionalista: "Creio que toda a ditadura é entre nós antinacional. E o que me espanta é que homens cultivados, e devemos crê-lo, muitos deles animados do sincero esforço patriótico, hajam cometido o monstruoso erro psicológico de quererem governar este povo com tal método geométrico, coercivo e glacial." (*id.*, *ibidem*).

Lopes Vieira aponta aos métodos ditatoriais uma falha básica de simpatia para com a alma do povo, e uma incompreensão total da classe intelectual, exemplificadas na censura exercida sobre escritos dos clássicos, como os do P. António Vieira, na celeuma levantada com escritos patrióticos, como a sua conferência de 1940, *O Carácter de Camões*, no encerramento da Imprensa da Universidade de Coimbra, no exílio de heróis como Paiva Couceiro, ou no exílio que esperaria outros, como António Sardinha, se a morte os não tivesse excluído desse destino (*idem*: 34-7).

A solução, preconizada, passava pelo programa cultural de sempre, para o qual contribuiu com toda a sua obra, transformada em cânone de uma nação, e que os representantes do Estado Novo não tiveram sensibilidade para perceber, do mesmo modo que não entendem — não *sentem* — o povo português. São suas as palavras:

— Temos, acima de tudo, de refazer com urgência uma unidade nacional que nos congregue no amor da Pátria, e nos congregue a todos, como homens de boa vontade, nas liberdades e na disciplina. § Se alguém se admirar de que as realizações materiais e espirituais do Estado Novo não bastaram para nos tornar agradecidos e fiéis, responderemos que o feitio essencial do povo português não foi, infelizmente para todos nós, nem sequer de longe *sentido* por quem tinha por missão *sentir-lo* melhor que ninguém a fim de governar esse mesmo povo. (*apud* Medina, 1980: 36)

Na conceção de Lopes Vieira, o entendimento de Povo passava pela revelação de uma unidade de consciência nacional, a mesma de que fala Rolão Preto, a propósito da universal *mensagem política* do escritor. Este ensaísta considerava-o um democrata a exigir a perfeição da Democracia:

Era ele então um democrata? Era-o por certo no mais belo e mais alto sentido, se com isso se excluía tudo aquilo que tantas vezes estabelece entre homens de boa vontade um dramático equívoco. Se Democracia queria dizer o reinado das virtudes do povo —

nobreza, candura e solidariedade — através da conduta das instituições abertas a todos os anseios, seguras contra todos os assaltos em que periga a liberdade humana; se a Democracia para além de qualquer conceito de facção significava como ética-política a equidade no ponto de partida de todos os trabalhadores; se a Democracia, para além de qualquer sistema rígido, podia ser um regime que incessantemente se renovasse, reconhecendo erros para os evitar, confessando os abusos para lhe dar castigo, aceitando as lições do tempo para se rectificar; se, finalmente, a Democracia, repelindo as traições da Burguesia, encontrava enfim o seu caminho de governo do povo — onde estaria o homem livre que não fosse democrata? § Sim, decerto, Afonso Lopes Vieira fazia à Democracia estas exigências. (Preto 1946: 13).

As *Éclogas de Agora* fazem parte da vontade expressa de afirmação de uma liberdade de pensar que Lopes Vieira encarnou enquanto intelectual convicto e paladino de uma causa, resumida na causa de esteta de si mesmo, e na qual David Mourão-Ferreira quis ver a "[...] inflexível lógica interna de uma profunda e coerente orientação antitotalitária." (Mourão-Ferreira 1979: 137). Lopes Vieira fez-se e fez a sua obra à medida de uns quantos valores estéticos transformados em valores absolutos de uma poética própria e da alma de uma nação, ponto que Guilherme de Faria quase uma década antes comungava com ele.

Com as *Éclogas de Agora*, verdadeiro manifesto poético em tempo de exílio, embora continuando dentro de uma linha de "um certo aristocratismo intelectual, de um panteísmo cristão, de um democratismo intransigente e de um tudo ou nada lusitanismo ráxico que herdará de António Nobre, de Alberto de Oliveira, da *Renascença Portuguesa*, etc." (Barreira 1986: 7), Lopes Vieira assume perante a opinião pública a condição de perseguido político¹⁷, defendendo intransigentemente a liberdade de imprensa e os direitos do Homem.

Curioso e emblemático desta posição de *perseguido político* é o episódio vivido pelo escritor e outros nomes conhecidos da época (entre os quais José Correia Mendonça, Duarte de Almeida, D. João de Almeida, Visconde do Porto da Cruz, Hipólito Raposo), presos de 16 para 17 de novembro de 1937. No ANTT, nos arquivos da PIDE/DGS, no processo SPS—3252 / 1937, pode ler-se que Lopes Vieira foi detido

¹⁷ Gaspar Simões situa a figura de Lopes Vieira nesta época, contando a sua versão deste episódio: [...] Esteta no mais puro sentido da palavra, Afonso Lopes Vieira viveu os últimos anos da sua vida, ele que fora um dos bardos que mais amorosamente cantara as tradições da grei e os valores estremes da pátria portuguesa, numa irritação crescente contra a política supostamente fiel aos princípios que ele fora dos primeiros a eleger em bússola da ideologia nacionalista. Quando o conheci acabava ele de assistir à injusta prisão do seu amigo e correligionário Paiva Couceiro. E com que indignação! De malinha aviada, contava-se em Lisboa por essa época, se apresentara na esquadra de polícia onde Paiva Couceiro fora arrecadado, e atrevido perguntara à sentinela: // — É aqui que prendem as pessoas de bem? § Ei-lo convertido no gigante Adamastor. E foi sob esse feroz cariz que desde então se apresentou aos olhos de quantos tremiam diante dos que inclusivamente ousavam encarcerar heróis como o fabuloso herói de África. [...] (Simões, 1974: 23-4).

em 17 de novembro, juntamente com Caetano Beirão e só foi solto em 24 de novembro. Esta detenção de 8 dias para averiguações aparece assim justificada: "[...] por ordem superior, [...] nesta esquadra, por pretenderem visitar o preso Henrique Paiva Couceiro." Não é, pois, de estranhar a veneração que a figura de Paiva Couceiro (1861-1944) havia de despertar num grupo de nacionalistas em litígio com a política de perseguições do Estado Novo, mas que já vinham dos dissidentes da república em relação com os monárquicos.

3. Religiosidade mútua e Stº António

Também na religião os dois poetas se vão encontrar na admiração da figura de Stº António, gravando o folheto *EM CAMPOSAMPIERO No alto da noqueira Fr. António ensina...* (Xilogravura do séc. XVI, museu Antoniano, Pádua)¹⁸ com as suas composições, acompanhados de outros intelectuais ilustres da sua geração como Branca de Gonta Colaço, António Carneiro, António Sardinha e Cândido Guerreiro.

O poema de Guilherme de Faria pertence à sua obra de 1926 *Oração a Santo António de Lisboa*, e tem uma estrutura linear:

Ó santo, que és dos maiores
De Deus na graça eternal,
Cobre de bênçãos e flores
A terra de Portugal!
.....
Ó Santo, que a luz dos céus
Doire as almas portuguesas
Que, em sonhos maus e em tristezas,
Andam perdidas de Deus!

Que a luz de amor que trespassa
As almas dos pecadores
Para as subir, redivivas,
Ao esplendor da eterna graça,
Desça, em mil bênçãos e em flores
De formosura imortal,
Às nossas almas cativas
Na Terra de Portugal!

De Lopes Vieira aparecem várias composições: *Prece a Santo António (Escrita durante a guerra de 1914-1918)*; *Santo António*; *Romance de Santo António*¹⁹.

¹⁸ Este folheto encontra-se na BMLALV no env. B-159 (20889), num. do [65] ao [80].

¹⁹ Respetivamente, as composições podem encontrar-se em *A Monarquia*, Lx, de 13 de Junho de 1918; *Os Versos de Afonso Lopes Vieira – Lx.*, 1927; *Santo António: Jornada do Centenário – Lx.*, 1932.

Significa esta constância que, tal como a figura de Francisco de Assis, a de Santo António também foi um *leit-motiv* para o poeta, tendo culminado na sua *Jornada do Centenário*, de 1932. No ano de 1926, a cristandade comemorou o VII Centenário da morte do Patriarca S. Francisco de Assis, e St^o. António, como figura admirável da primeira geração franciscana fica ligado intimamente à Ordem, sendo considerado o *Bispo* por S. Francisco. É interessante que uma revista como *Ordem Nova* (*revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa*), no n.º 8, de outubro de 1926, incluía o poema “Santo António”, de Afonso Lopes Vieira, nas páginas 235 a 236, seguido de uma prosaica explanação e um poema de António Sardinha – “A epopeia franciscana” e “Evangelho franciscano” (respetivamente nas páginas 237 e sgs. e 244 e sgs.). Na “Nota mensal” que introduz estes textos, procura-se fazer com que o leitor afaste completamente a validade de um aproveitamento político das figuras dos santos, mostrando-nos hoje como era precisamente o que acontecia. No entanto, o poema de Lopes Vieira aparece datado de junho de 1918, o que pode empurrá-lo para a sua viagem a Paris no fim da I Grande Guerra, e refletir idêntica posição crítica à da *Prece* saída na revista *Monarquia*. O poema tem uma estrutura narrativa, pois acompanha a saída da personagem de Coimbra, com o seu clima saudoso, até chegar a Itália, onde a alma e o amor lusitanos, bem como a excelente retórica do Santo, capaz de arrastar multidões, funcionam como força matriz dos feitos milagrosos do Santo, no seu sermão aos peixes:

*Foste o Bruxo de Deus, o jogral de Jesus
arrastando após si multidões extasiadas
por teu feiticeiro falar;
tua Palavra foi um feitiço de luz,
e saindo das ondas nacaradas
escutaram-te os peixes do mar!*

O poema indicia uma viagem de Lopes Vieira a Pádua, por esta altura, durante a qual se lhe tornou perceptível a devoção de todos os aflitos por este Santo. Daí que o poeta salte para o estado de crise profunda da nação portuguesa e lhe peça a sua intercessão contra o *Monstro do Norte*, terminando com o pedido último:

*E que o teu Verbo divino
renasça fulgido por nós,
esplendendo no milagre da tua voz
a glória do gentil sangue latino!*

Estas aproximações à temática religiosa, mostram-nos como seria natural que *Santo António* (*Jornada do Centenário*) se encontrasse já em projeto há pelo menos uma década, uma vez que num postal para Carolina Michaelis de Vasconcelos, de 31

de janeiro de 1923, comenta: "[...] Para me isolar misticamente no trabalho, agora q. me falta o Amadis, vou começar a trabalhar (a preparar-me) numa Vida de Santo Antonio — o Amadis ao divino. [...]". [BGUC, esp. CMV / II vol.: 28]. De certo modo a missão continua a ser a de idêntico cavalheirismo quase quixotesco, que procura devolver a Portugal o seu lugar no mundo religioso, sobretudo quando se encontra espalhado pelo mundo, neste caso Itália, onde St^o António terá vivido grande parte da sua vida.

Em 1931, concede uma breve entrevista ao *Diário de Lisboa* sobre um concurso de quadras populares organizado para o centenário de Santo António: "Portugal e a Tradição. O centenário de Santo António e o concurso das Quadras Populares segundo o dr. Afonso Lopes Vieira". Uma vez que Lopes Vieira será o correspondente do *Diário de Notícias* na viagem de romeiro que refez o caminho do Santo em Itália, colmatando nas crónicas reunidas depois em *Santo António. Jornada do Centenário* (1932), é possível que a entrevista preparasse o caminho para uma ligação do seu nome ao do Santo, persuadindo assim os leitores para a importância do assunto religioso na missão de nacionalizar a cultura portuguesa em todas as suas componentes e, ao mesmo tempo, invetivando o governo a tomar uma posição ativa nas comemorações:

O sr. dr. Afonso Lopes Vieira é das pessoas no nosso país empenhados em que o centenário do nosso Santo pregador obtenha maior relevo.

Uma oportunidade permitiu-nos recolher algumas palavras do ilustre poeta, alto espírito de lusíada, cujo nacionalismo literário, tão vigoroso como cheio de unção patriótica, o coloca na primeira fila dos nossos homens de letras, de portuguesíssima cultura.

O sr. dr. Afonso Lopes Vieira, nosso amigo, e que nesta casa conta admiradores sinceros insuspeitos, disse-nos:

– Não sei, em verdade, se o Estado português mediu já toda a responsabilidade "nacional" que nos cabe no próximo centenário de Santo António – responsabilidade que assumimos perante o mundo e em especial perante a Itália. (in *Diário de Lisboa* [in R II, f. 81v.]

O entrevistado servia-se da entrevista para fazer passar o seu particular ponto de vista sobre o modo como as comemorações do Santo deviam ser conduzidas pelo governo português, procurando transformá-las em mais um marco da ressurreição dos motivos de orgulho da cultura nacional. Perante a questão nacional, o concurso de quadras fica reduzido a um elemento mínimo, mas o jornalista conclui voltando ao seu objetivo e Lopes Vieira considera-o um contributo para essa missão total, preenchendo assim as expectativas do jornal, que procurava a aquiescência da personalidade de renome:

[...] Lembramos ao sr. dr. Afonso Lopes Vieira que o nosso Concurso das Quadras de Santo António, e o conseqüente espectáculo público de carácter literário e popular – de fins exclusivamente beneficentes – é, até certo ponto, uma comemoração do centenário, embora despida de carácter oficial. Diz-nos:

– A iniciativa do *Diário de Lisboa* parece-me sem dúvida interessante. A quadra de estilo popular é uma instituição nacional, e todos os portugueses as têm feito ou são muito capazes de as fazer. Se entre alguns milhares delas aparecessem algumas – bastaria uma só – que tivessem beleza de sentimento e expressão, o tesouro do nosso Cancioneiro admirável ficará mais precioso. Esta razão e esta esperança chegam para me tornar simpática uma iniciativa, inspirada na tradição e na inspiração popular portuguesa. (*ibidem*)

A religião aparecia, assim, como um capítulo fundamental na missão de *reaportuguesar Portugal, tornando-o Europeu*, devolvendo à sua identidade patriótica os marcos da religiosidade europeia, ignorada que se mantinha a ascendência portuguesa original. A brevidade da vida de Guilherme de Faria ter-lhe-á reservado um pequeno papel, mas sempre num diálogo, ainda que entrecortado, com Lopes Vieira, reconhecido como mestre a respeitar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARREIRA, Cecília (1986) "Poesias de Israel Ivope restituídas a Afonso Lopes Vieira. Nótulas sobre uma pesquisa" e "Poemas de Afonso Lopes Vieira sob o pseudónimo literário de Israel Ivope" in *Éclogas de Agora* de ALV, Pref. e notas de C. Barreira, Heuris ed., Lx., pp. 69-75 e 77-83.
- MEDINA, João (1980) *Afonso Lopes Vieira Anarquista*, introd. e notas de J. Medina, ed. António Ramos, Lx.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1979) "O espírito de 'oposição' na obra de Afonso Lopes Vieira" in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, (Sessão solene comemorativa do 1.º centenário do nascimento de Afonso Lopes Vieira, em 26 de Out. de 1978), tomo XX, Lx., pp. 351-86.
- NOBRE, Cristina (2005) *Afonso Lopes Vieira. A Reescrita de Portugal*, vol. I e *Inéditos*, vol. II, col. temas portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- ____ (2011) *AFONSO LOPES VIEIRA na correspondência e na imprensa da época*, apoio FCT, Imagens&Letras, IPL, Leiria, fevereiro 2011, ISBN: 978-989-8153-24-1, 272pp.
- Ordem Nova (revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa)*, no n.º8, de outubro de 1926.
- PRETO, Rolão (1946) "A Mensagem Política de Afonso Lopes Vieira" in *Diário de Lisboa*, ano 26.º, n.º 8404, Lx., 20 de Abril, p. 13.
- SIMÕES, João Gaspar (1974) "I. Afonso Lopes Vieira" in *Retratos de Poetas que conheci. Autobiografia*, Brasília ed., Porto, pp. 17-29.

OBRA de GUILHERME de FARIA no espólio da BMLALV (sala de Reservados):

- Poemas*, abril de 1922 - cota D-4-1-12
Mais Poemas, novembro de 1922 - cota D-2-1-2
Sombra, 1924 - cota D-7-5-38
Saudade Minha, maio de 1926 – cota D-1-3-53
Destino, janeiro de 1927 - cota D-15-5-72
Manhã de Nevoeiro, dezembro de 1927 - cota D-2-3-32
Ao Comandante Henrique de Paiva Couceiro - Env. A-91
Florilégio Antoniano, folheto EM CAMPOSAMPIERO - env. B-159 (20889), num. do [65] ao [80]